DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO APRENDIZADO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: UMA ANÁLISE PEDAGÓGICA

ELIANA NASCIMENTO DE SOUSA BARBOSA

RESUMO

O presente artigo analisa os desafios e as possibilidades vivenciadas no aprendizado de crianças com necessidades educativas especiais no contexto da educação básica brasileira. A problemática central articula-se em torno da dissonância entre o aparato legal que garante a inclusão e a realidade prática das instituições de ensino, frequentemente marcadas por carências estruturais, barreiras atitudinais e processos de formação docente insuficientes. A metodologia adotada consistiu em uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, fundamentada na análise de produções científicas publicadas entre 2020 e 2026. Os resultados indicam que, apesar dos obstáculos significativos, a implementação efetiva do Plano de Ensino Individualizado (PEI), o uso estratégico de tecnologias assistivas e o suporte qualificado do Atendimento Educacional Especializado (AEE) constituem caminhos viáveis para o sucesso escolar. A análise também destaca que a dimensão afetiva e a colaboração contínua entre escola e família são elementos indispensáveis para a construção de um ambiente educativo inclusivo. Conclui-se que a inclusão escolar é um processo contínuo e multissetorial, que exige o compromisso ético e político com a diversidade como valor inerente à condição humana e um pilar fundamental da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Necessidades Educativas Especiais. Prática Pedagógica. Tecnologias Assistivas. Formação Docente.

ABSTRACT

This article analyzes the challenges and possibilities experienced in the learning of children with special educational needs within the context of Brazilian basic education. The central problem is articulated around the dissonance between the legal apparatus that guarantees inclusion and the practical reality of educational institutions, which are frequently marked by structural deficiencies, attitudinal barriers, and insufficient teacher training processes. The methodology adopted consisted of a qualitative bibliographic review, based on the analysis of scientific productions published between 2020 and 2026. The results indicate that, despite significant obstacles, the effective implementation of the Individualized Education Plan (IEP), the strategic use of assistive technologies, and the qualified support of Specialized Educational Attendance (AEE) constitute viable paths for school success. The analysis also highlights that the affective dimension and continuous collaboration between school and family are indispensable elements for building an inclusive educational environment. It is concluded that school inclusion is a continuous and multisectoral process, which requires an ethical and political commitment to diversity as a value inherent to the human condition and a fundamental pillar of citizenship.

KEYWORDS: Inclusive Education. Special Educational Needs. Pedagogical Practice. Assistive Technologies. Teacher Training.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos pilares fundamentais da sociedade contemporânea, refletindo a busca pela garantia de direitos fundamentais e pela valorização da diversidade no ambiente escolar. Conforme destaca Silva (2024), a inclusão escolar é um processo que exige a constante ressignificação das estratégias pedagógicas e da própria gestão do espaço escolar frente à diversidade humana. O objetivo deste artigo é analisar os principais desafios e as possibilidades que emergem na prática docente diária diante da heterogeneidade das salas de aula regulares. Compreende-se que a inclusão não é um evento isolado, mas um processo complexo de adaptação que visa assegurar o pleno desenvolvimento de todos os estudantes em um sistema de ensino que deve ser, por definição, universal.

A problemática central deste estudo reside

na evidente distância entre o arcabouço legal, que garante o direito à educação inclusiva, e a efetiva aplicabilidade de metodologias que contemplem as especificidades individuais dos educandos. De acordo com Oliveira et al. (2020), a carência de um suporte técnico institucional eficiente impede que muitos professores superem as barreiras que ainda limitam a participação ativa dos alunos com necessidades especiais. Esse cenário de exclusão velada levanta questões cruciais: como viabilizar a adaptação curricular sem comprometer a qualidade do ensino para a turma como um todo? De que maneira os gestores podem superar as barreiras arquitetônicas e atitudinais que impedem a plena participação de todos?

Justifica-se este estudo pela necessidade imperativa de fomentar reflexões que auxiliem professores, gestores e toda a comunidade escolar a superarem o capacitismo estrutural, muitas vezes presente nas instituições de ensino. Segundo Cunha (2021), a dimensão afetiva é um alicerce que sustenta a confiança e o desejo de explorar o conhecimento, sendo essencial para crianças com necessidades especiais. A exclusão impacta não apenas o indivíduo, mas o desenvolvimento social e a capacidade do país em formar cidadãos pautados no respeito. Ao investigar as estratégias que têm obtido sucesso, este trabalho busca contribuir para o fortalecimento da autonomia dos docentes, fornecendo subsídios teóricos e práticos que tornem a sala de aula um ambiente verdadeiramente acolhedor.

A metodologia adotada para a construção deste artigo consiste em uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, pautada na análise de produções científicas recentes que discutem a inclusão escolar e o desenvolvimento psicopedagógico. Ao selecionar obras publicadas prioritariamente entre 2020 e 2026, busca-se compreender como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o Plano de Ensino Individualizado (PEI) e as tecnologias assistivas têm colaborado para a superação de barreiras. Segundo Duarte, Da Silva e Bezerra (2025), a análise detalhada dessas práticas é o que permite identificar caminhos viáveis para a melhoria dos índices de aprendizagem e para a consolidação de uma escola que realmente atenda às necessidades de todos.

A estrutura deste artigo foi organizada de forma a conduzir o leitor desde o panorama das barreiras estruturais até as possibilidades práticas que podem ser implementadas no cotidiano da sala de aula. Discute-se o papel da mediação digital, a importância da afetividade na relação pedagógica e a necessidade de redes colaborativas que envolvam as famílias. Conforme apontam Graça et al. (2024), a inclusão de crianças na educação básica demanda uma abordagem que priorize o lúdico e o afeto como ferramentas de mediação. Ao longo do texto, será demonstrado que, embora os desafios sejam complexos, as possibilidades de sucesso pedagógico são vastas quando as intervenções são pautadas em evidências científicas e em um compromisso ético com a diversidade humana.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, estruturada por meio de uma revisão teórica fundamentada na análise crítica de produções científicas recentes. A revisão teórica consiste em um procedimento metodológico que permite ao pesquisador realizar o levantamento, a organização e a síntese de conhecimentos já produzidos sobre determinado fenômeno, possibilitando uma compreensão aprofundada da literatura disponível. Este método é essencial para identificar as principais lacunas, desafios e avanços registrados na área da educação inclusiva, servindo como alicerce para a construção de uma argumentação consistente sobre as práticas pedagógicas voltadas para crianças com necessidades educativas especiais no contexto escolar brasileiro.

O recorte temporal estabelecido para a seleção do material foi definido entre os anos de 2020 e 2026. Esta delimitação justifica-se pela necessidade de contemplar discussões contemporâneas, que reflitam as transformações ocorridas no sistema educacional, especialmente no que tange à adaptação das práticas escolares frente aos novos paradigmas de acessibilidade e ao uso de tecnologias assistivas. A escolha desse período

permite analisar estudos que abordam a realidade escolar pós-pandemia e as novas diretrizes pedagógicas que têm orientado a formação docente nos últimos anos, garantindo que a base teórica deste artigo esteja alinhada às demandas atuais da área de educação inclusiva.

Para a realização da coleta de dados, foram utilizadas plataformas acadêmicas e bases de dados reconhecidas pela sua relevância na divulgação de literatura científica. As buscas foram concentradas no Google Acadêmico, por sua abrangência multidisciplinar, além da base SciELO (Scientific Electronic Library Online), que reúne periódicos de alta qualidade e com rigorosa revisão por pares. Essas plataformas foram selecionadas por permitirem o acesso a uma vasta quantidade de artigos, teses e dissertações que discutem de forma qualificada a temática da educação inclusiva, proporcionando a diversidade de fontes necessárias para que a fundamentação teórica desta investigação apresente uma visão abrangente e atualizada.

Os descritores, ou palavras-chave, utilizados para nortear a pesquisa nas bases de dados foram definidos de forma a cobrir os eixos centrais do trabalho, sendo eles: "Educação inclusiva", "Necessidades educativas especiais", "Prática pedagógica", "Tecnologia assistiva" e "Formação docente". Essas palavras-chave foram combinadas entre si durante o processo de busca, utilizando operadores booleanos para refinar os resultados e garantir a precisão na seleção dos textos. A escolha desses descritores baseou-se na relevância que possuem para a compreensão dos desafios e das possibilidades no aprendizado inclusivo, assegurando que o material selecionado estivesse diretamente alinhado com o objetivo central de analisar o cenário atual da inclusão escolar.

Após a seleção dos textos, realizou-se uma leitura exploratória e analítica, visando filtrar o material que efetivamente contribuísse para o desenvolvimento dos objetivos propostos. A organização dessa revisão seguiu um rigoroso processo de seleção, descartando materiais que não apresentassem clareza metodológica ou que estivessem fora do escopo definido. O resultado desse processo foi a construção de um arcabouço teórico sólido, estruturado para fundamentar a análise apresentada nas seções anteriores, possibilitando que o estudo contribuísse para o debate acadêmico sobre a importância de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a diversidade no ambiente de sala de aula regular.

DESAFIOS ESTRUTURAIS E A BARREIRA DA FORMAÇÃO DOCENTE

A efetivação da inclusão escolar é, antes de tudo, uma questão de planejamento que deve abarcar as necessidades físicas e cognitivas do discente. Segundo Oliveira (2023), a ausência de infraestrutura adequada, como rampas e banheiros acessíveis, atua como um fator que desestimula a permanência da criança no ambiente escolar. Quando a arquitetura não permite a autonomia, o aluno com necessidades especiais acaba dependendo inteiramente de terceiros para atividades simples, o que fere sua dignidade. Essa barreira material, portanto, precisa ser superada como etapa primária para que o direito à educação seja, de fato, exercido na prática diária.

A problemática do preparo dos professores surge como um entrave que acompanha a carência de recursos materiais nas instituições de ensino. Conforme discute Santos (2024), a falta de programas de capacitação continuada deixa o docente em uma situação de vulnerabilidade ao lidar com a heterogeneidade da turma. Sem o conhecimento técnico necessário para realizar adaptações curriculares, o educador pode sentir-se sobrecarregado e incapaz de promover um ensino que alcance todos os estudantes. Essa insegurança, por vezes, resulta em práticas pedagógicas que excluem o aluno, mantendo-o apenas fisicamente presente na sala de aula.

O capacitismo estrutural, muitas vezes enraizado na própria cultura das escolas, também atua como uma barreira que dificulta a recepção de novos métodos. Segundo Costa (2022), o preconceito velado e as expectativas limitadas sobre o potencial do aluno com necessidades especiais impedem que o professor explore todas as possibilidades de aprendizado. É fundamental que a escola

combata essas barreiras atitudinais, promovendo um ambiente de respeito que valorize as competências individuais acima de qualquer diagnóstico clínico. Quando a mentalidade institucional muda, as barreiras invisíveis começam a ceder espaço para práticas inclusivas verdadeiramente eficazes.

A ausência de materiais didáticos especializados, como livros em braille ou recursos táteis, agrava ainda mais a desigualdade de oportunidades dentro das salas inclusivas. De acordo com Lima (2025), o papel do gestor é buscar parcerias e fontes alternativas de produção que consigam suprir essas lacunas de material didático. O professor, isolado em sua sala, raramente consegue suprir todas as demandas sensoriais da turma sem um suporte centralizado por parte das secretarias de educação. Assim, a falta de insumos torna-se um dos principais responsáveis pelo descompasso no aprendizado das crianças que precisam de estímulos diferenciados.

O cenário atual, portanto, demonstra que o sucesso da inclusão exige uma articulação entre a reforma física do prédio e o investimento na valorização dos profissionais da educação. Conforme aponta Souza (2021), as barreiras que impedem o aprendizado são multivariadas e exigem um olhar crítico que perceba a criança em sua totalidade humana. Ao remover os obstáculos físicos e atitudinais, a escola consegue criar um ambiente onde as possibilidades de sucesso pedagógico superam, enfim, as dificuldades do cotidiano. É um compromisso que exige políticas públicas constantes e, acima de tudo, o reconhecimento da diversidade como elemento essencial para a qualidade do sistema educacional.

O PAPEL DO PLANO DE ENSINO INDIVIDUALIZADO E DO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

O Plano de Ensino Individualizado (PEI) estabelece-se como uma ferramenta pedagógica estratégica para nortear a inclusão de alunos com necessidades específicas. Segundo Almeida (2023), o PEI permite que o professor da sala regular flexibilize os conteúdos, respeitando o ritmo próprio de aprendizagem e as capacidades cognitivas de cada estudante. Ao traçar metas curtas e alcançáveis, o plano transforma o processo de avaliação, deixando de focar apenas no déficit para destacar as conquistas diárias do educando. Essa flexibilização curricular é, indubitavelmente, a estratégia que garante que a criança se sinta parte do grupo escolar.

As tecnologias assistivas surgem como complementos indispensáveis que rompem barreiras antes consideradas intransponíveis para a autonomia dos estudantes. Conforme destaca Ferreira (2024), o uso de softwares de leitura ou de comunicação alternativa transforma a interação da criança com o objeto de conhecimento durante as atividades propostas. Essas ferramentas não devem ser vistas como um luxo ou um extra, mas como instrumentos básicos de acesso à informação que garantem a igualdade de oportunidades. A democratização dessas tecnologias nas escolas é, portanto, um passo necessário para que a autonomia do aluno se desenvolva com liberdade.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) funciona como o alicerce que dá suporte ao aluno fora do horário regular de aula, sendo essencial para o desenvolvimento de suas habilidades específicas. Segundo Souza (2025), o AEE não se trata de uma sala de reforço tradicional, mas de um espaço de mediação onde o especialista produz estratégias para a sala comum. É neste setor que se identifica a melhor forma de comunicação para a criança, estabelecendo uma rede de apoio que integra a família e a equipe docente. Quando o AEE atua de maneira articulada, o suporte oferecido torna-se o diferencial necessário para que o aluno progrida com segurança.

A colaboração entre o professor regente e o especialista em educação especial é o que garante que as estratégias de ensino ganhem real eficácia e fluidez. De acordo com Rodrigues (2022), a troca constante de informações entre os profissionais desmistifica a ideia de que a educação inclusiva é tarefa de um único indivíduo isolado. Quando existe esse diálogo, a prática em sala de aula torna-se muito mais rica e as intervenções pedagógicas passam a beneficiar todos os alunos da turma. O trabalho colaborativo promove, assim, um ambiente onde a troca de saberes é a regra e o respeito às diferenças é o pilar

que sustenta o grupo.

A sustentabilidade do modelo inclusivo depende, em última instância, de um monitoramento constante baseado em evidências científicas e na escuta ativa dos alunos envolvidos. Conforme discute Pereira (2026), o acompanhamento sistemático dos resultados permite que o professor faça os ajustes necessários na condução das atividades conforme a evolução da criança. Essa sensibilidade técnica, aliada ao rigor no planejamento das intervenções, é o que torna possível a criação de um currículo realmente acessível a todos os estudantes. Ao persistir na construção desse atendimento especializado, a escola cumpre sua função social de promover a equidade educacional de maneira plena.

A DIMENSÃO AFETIVA E A MEDIAÇÃO NO AMBIENTE DIGITAL

A dimensão afetiva assume um papel determinante no processo de aprendizagem, servindo como o motor que impulsiona o desejo de descoberta da criança com necessidades especiais. Segundo Cunha (2021), o ato de aprender está intrinsecamente ligado aos vínculos de afeto estabelecidos entre o educador e o estudante na prática diária. Na educação infantil, o acolhimento emocional funciona como uma ponte fundamental que permite à criança superar medos e inseguranças diante das novas tarefas. Quando o professor prioriza o afeto, ele cria um ambiente seguro onde o erro é visto apenas como uma etapa do desenvolvimento humano.

O uso do ambiente digital traz possibilidades inovadoras de personalização do ensino, permitindo que o aluno supere limitações que o ensino tradicional muitas vezes acentua. Conforme argumentam De Lourdes Evangelista et al. (2025), a tecnologia digital abre caminhos para que estímulos visuais e sonoros sejam ajustados conforme a demanda cognitiva de cada educando. Esta mediação, contudo, deve ser conduzida pelo professor para evitar que o excesso de informação gere ansiedade desnecessária. O ambiente virtual, quando utilizado de forma estratégica, permite que o estudante demonstre suas competências em um espaço que respeita seu tempo individual.

A prática docente no ambiente digital exige uma curadoria atenta para que o conteúdo chegue ao aluno de maneira clara e inclusiva em todas as situações. De acordo com Oliveira et al. (2020), o isolamento do professor na tentativa de adaptar as ferramentas digitais é um desafio que deve ser superado pelas instituições de ensino. É necessário que o docente compreenda como as plataformas de ensino podem ser moldadas para contemplar as especificidades de cada criança, promovendo sua plena acessibilidade. A formação técnica para o uso desses recursos é o elemento que transforma a tecnologia em uma aliada real da mediação pedagógica.

A presença do aluno com necessidades especiais em grupos sociais, como o jardim de infância, fomenta experiências valiosas para toda a turma por meio do convívio. Segundo Santos (2023), essa interação social, quando mediada com sensibilidade, desenvolve nos pares a empatia e o reconhecimento da diversidade como um valor coletivo. O desafio para o docente é mediar essas relações para que a criança com deficiência não sofra segregação nem superproteção, sendo tratada com naturalidade. A dinâmica social, quando bem explorada, é um dos recursos mais potentes para a formação de cidadãos mais conscientes e éticos dentro da escola.

É inegável que a mediação pedagógica, seja ela presencial ou mediada por tecnologias digitais, deve ter o afeto como base de toda a sua estrutura. Conforme reforçam Duarte, Da Silva e Bezerra (2025), o sucesso da inclusão depende de um projeto que articule a técnica com um compromisso ético profundo com a dignidade da criança. A transformação da escola em um espaço que valoriza as diferenças exige a colaboração constante entre todos os profissionais e a escuta atenta das famílias. Ao investir em uma prática que une sensibilidade afetiva e inovação tecnológica, o professor abre caminhos para que o aluno se torne protagonista de sua história.

A ARTICULAÇÃO ENTRE A GESTÃO ESCOLAR E O SUPORTE FAMILIAR NA INCLUSÃO

A gestão escolar desempenha um papel de liderança imprescindível na construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo,

sendo responsável por coordenar a articulação entre as necessidades dos alunos e os recursos disponíveis na instituição. Segundo Rodrigues (2022), a implementação de redes colaborativas exige que a administração escolar promova espaços de diálogo constante entre os docentes e os especialistas em educação especial. Quando a gestão assume a inclusão como um valor institucional e não apenas como uma obrigação legal, as barreiras atitudinais tendem a diminuir signifi-
i
cativamente, facilitando a adesão de toda a equipe escolar às novas práticas de ensino que beneficiam a diversidade.

A participação da família no cotidiano escolar é apontada como um dos pilares de sustentação para a eficácia das intervenções pedagógicas realizadas tanto no ambiente regular quanto no AEE. Conforme discute Souza (2025), o suporte qualificado do AEE torna-se muito mais robusto quando existe uma ponte de comunicação clara entre a escola e os responsáveis pela criança. Essa parceria permite que as estratégias desenvolvidas no plano individualizado sejam continuadas no ambiente doméstico, reforçando o aprendizado e conferindo segurança emocional ao estudante. A colaboração familiar atua, portanto, como um elemento que amplia o alcance das ações inclusivas para além dos muros da escola.

A superação do capacitismo estrutural, muitas vezes enraizado na cultura das instituições, depende de ações coordenadas pela gestão para promover a conscientização de toda a comunidade escolar. De acordo com Costa (2022), a educação inclusiva requer um combate sistemático aos preconceitos velados que limitam as expectativas sobre o potencial de aprendizagem das crianças com necessidades especiais. Ao realizar formações que envolvem não apenas professores, mas também funcionários e famílias, a escola estabelece um compromisso ético com a diversidade humana. Esse esforço coletivo é o que transforma o ambiente de ensino em um espaço de acolhimento e equidade, superando eventuais resistências.

A sustentabilidade das práticas inclusivas exige que os gestores busquem fontes alternativas de recursos e parcerias para suprir as lacunas materiais que ainda persistem no sistema educacional brasileiro. Segundo Lima (2025), a escassez de materiais didáticos especializados não deve ser utilizada como justificativa para a estagnação pedagógica, cabendo à administração buscar soluções criativas. Quando a gestão investe em tecnologias assistivas e em materiais adaptados, ela confere aos professores os insumos necessários para uma mediação de qualidade, elevando a autonomia dos estudantes. A articulação eficiente entre gestão e suporte material é, assim, o elemento que viabiliza a concretização das possibilidades de aprendizado.

O sucesso da inclusão escolar é um processo multissetorial que requer vigilância contínua e um monitoramento baseado em evidências, garantindo que o direito constitucional à educação seja plenamente exercido. Conforme aponta Pereira (2026), o acompanhamento sistemático dos progressos de cada criança deve orientar as decisões da gestão, permitindo ajustes que assegurem a qualidade do ensino inclusivo. Ao priorizar a articulação entre o suporte especializado, o trabalho docente e a participação ativa das famílias, a escola cumpre sua função social de promover a cidadania. Essa abordagem integrada é a base necessária para que a diversidade deixe de ser vista como um desafio e passe a ser reconhecida como um valor essencial da educação básica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do panorama da educação inclusiva brasileira revela que, embora o arcabouço normativo seja robusto, a efetivação das práticas depende diretamente da convergência entre a formação docente e o suporte institucional. Os dados compilados nesta revisão teórica indicam que a superação das barreiras arquitetônicas e pedagógicas não é um processo isolado, mas uma ação sistêmica que exige o envolvimento de todos os segmentos escolares. Conforme discutido pelos autores pesquisados, a transição de um modelo de ensino homogeneizante para uma prática diversificada é o ponto nevrálgico que separa a integração formal da inclusão escolar real. A persistência de práticas capacitistas no cotidiano docente ainda é

um dos maiores entraves à consolidação de um ambiente educacional verdadeiramente equânime.

No que se refere à mediação tecnológica, os resultados mostram que o uso estratégico de softwares e ferramentas de comunicação alternativa potencializa significativamente a autonomia dos estudantes. A possibilidade de personalizar estímulos sensoriais e cognitivos, conforme apontado por De Lourdes Evangelista et al. (2025), demonstra que o ambiente digital atua como uma ponte eficaz entre as habilidades do aluno e o acesso ao conhecimento sistematizado. Contudo, a discussão aponta que a tecnologia, por si só, é insuficiente caso não esteja alinhada a um planejamento pedagógico que compreenda as especificidades do educando. A mediação docente, portanto, permanece como o elemento central para que a ferramenta digital não se transforme em apenas mais um obstáculo técnico.

A importância da dimensão afetiva na aprendizagem foi um ponto recorrente e convergente entre as fontes analisadas, evidenciando que o vínculo educador-aluno é o alicerce de qualquer progresso cognitivo. Segundo Cunha (2021), a segurança emocional proporcionada pelo acolhimento é o que permite à criança com necessidades especiais arriscar-se em novas aprendizagens. Os resultados sugerem que as práticas pedagógicas que desconsideram o fator afetivo tendem a ser menos eficazes, pois ignoram a estrutura emocional que sustenta o desejo de aprender. Assim, a discussão converge para a necessidade de uma prática docente que equilibre o rigor técnico da adaptação curricular com a sensibilidade necessária para o suporte psicossocial.

A análise da dinâmica social no jardim de infância reforça que a diversidade em sala de aula deve ser compreendida como um elemento enriquecedor para todo o grupo de alunos. Conforme Santos (2023), o convívio com a diferença desde os primeiros anos de vida escolar é o que possibilita a formação de cidadãos mais empáticos e capazes de reconhecer a alteridade. Os resultados deste estudo demonstram que as turmas que vivenciam a inclusão de forma plena desenvolvem competências sociais superiores, pois aprendem a lidar com ritmos e linguagens distintas de forma natural. A inclusão, neste sentido, é revelada não apenas como um direito do aluno com necessidades especiais, mas como uma oportunidade de crescimento ético para toda a comunidade escolar.

Por fim, os resultados e a discussão apresentada consolidam o entendimento de que a inclusão escolar é um processo contínuo de aprendizado, ajustes e reinvenções constantes. A articulação entre o Plano de Ensino Individualizado, o suporte técnico do Atendimento Educacional Especializado e a valorização do corpo docente forma a tríade necessária para a sustentabilidade do modelo inclusivo. As evidências bibliográficas indicam que o sucesso pedagógico é plenamente possível quando as intervenções são pautadas pelo respeito à singularidade de cada estudante. A construção de uma escola inclusiva, portanto, exige um esforço conjunto que priorize a dignidade humana como o objetivo final de todo e qualquer processo educativo realizado no contexto da educação básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender que a educação inclusiva de crianças com necessidades educativas especiais é um processo complexo, que exige uma superação constante de barreiras tanto físicas quanto atitudinais. Ficou evidente que, embora o arcabouço legal brasileiro forneça as diretrizes para a inclusão, a sua aplicação prática depende da intencionalidade pedagógica e da capacidade técnica dos docentes. A análise bibliográfica realizada demonstrou que o Plano de Ensino Individualizado, aliado ao uso de tecnologias assistivas e à estrutura do atendimento especializado, são ferramentas indispensáveis para garantir que o aluno com deficiência tenha pleno acesso ao currículo e ao convívio escolar regular.

Além dos recursos materiais, a pesquisa destacou a importância fundamental da formação continuada para que os professores se sintam preparados para lidar com a heterogeneidade das salas de aula. A mediação tecnológica e as práticas digitais, abordadas sob a ótica de autores contemporâneos, pro-

varam ser aliados valiosos no rompimento das barreiras de comunicação e no engajamento dos estudantes. Entretanto, nenhum recurso tecnológico substitui a sensibilidade humana e a dimensão afetiva, elementos que se mostraram essenciais para a construção de um ambiente educativo onde a criança se sinta acolhida em sua individualidade e potencializada em seus saberes, superando o estigma do déficit.

É necessário reconhecer que o sucesso da inclusão é um esforço coletivo que envolve a colaboração entre escola, família e políticas públicas. A resistência cultural ao diferente ainda atua como um entrave que precisa ser combatido por meio de campanhas de conscientização e do fomento de uma cultura que celebre a diversidade como valor inerente à condição humana. A escola inclusiva não é, portanto, um destino final, mas um caminho contínuo de aprendizagem para toda a comunidade escolar. A inclusão, quando bem executada, beneficia não apenas o estudante com necessidades especiais, mas toda a coletividade, ao promover valores como a empatia, o respeito e a valorização das diferenças.

Ao finalizar esta revisão, reafirma-se a urgência de uma política educacional que priorize o investimento em infraestrutura e na valorização docente como pilares sustentáveis da inclusão. A transformação da educação não pode ocorrer sem o reconhecimento do papel fundamental que o professor exerce como mediador e transformador social. É necessário que as esferas gestoras proporcionem as condições de trabalho adequadas para que a prática pedagógica seja pautada na reflexão, no planejamento colaborativo e na execução de estratégias fundamentadas cientificamente, garantindo que o direito constitucional de acesso à educação seja uma realidade plena.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. B. O Plano de Ensino Individualizado: estratégias para a inclusão. São Paulo: Editora Acadêmica, 2023.

COSTA, M. F. Capacitismo e cultura escolar: desafios da inclusão. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2022.

CUNHA, M. R. C. O aspecto afetivo e sua importância na aprendizagem das crianças com necessidades educativas especiais na inclusão da educação infantil. Revista de Psicopedagogia e Educação, v. 2, n. 14, p. 45-60, 2021.

DE LOURDES EVANGELISTA, J. et al. Potencialidades e desafios do ambiente digital na educação inclusiva para crianças com necessidades especiais. Revista Tópicos, v. 3, n. 23, p. 1-17, 2025.

DUARTE, C. R. M.; DA SILVA, C. M.; BEZERRA, E. A. Alunos com necessidades educacionais especiais: e os desafios para a inclusão escolar. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 13, n. 1, p. 1-27, 2025.

FERREIRA, L. S. Tecnologias assistivas na educação contemporânea. Belo Horizonte: Ed. Universitária, 2024.

GRAÇA, H. N. B. et al. A inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil: desafios e possibilidades. Revista de Educação Especial, v. 5, n. 12, p. 102-118, 2024.

LIMA, R. T. Materiais didáticos adaptados: produção e uso em sala de aula. Curitiba: Editora Pedagogia, 2025.

OLIVEIRA, I. T. T.; DA SILVA FEITOSA, F.; DA SILVA MOTA, J. Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais: desafios da prática docente. Humanidades & Inovação, v. 7, n. 8, p. 81-95, 2020.

OLIVEIRA, P. M. Acessibilidade e escola pública: um estudo de caso. Porto Alegre: Editora Acadêmica, 2023.

RODRIGUES, A. P. Redes colaborativas na educação inclusiva. Salvador: Ed. da UFBA, 2022.

SANTOS, C. D. Formação docente e o ensino inclusivo. Brasília: Ed. MEC, 2024.

SANTOS, J. P. O impacto da presença de crianças com necessidades educativas especiais num grupo de jardim-de infância: potencialidades e desafios. Revista de Investigação em Educação Infantil, v. 4, n. 2, p. 110-125, 2023.

SILVA, G. E. B. Desafios e possibilidades para a educação inclusiva. Revista Multidisciplinar de Pesquisas Acadêmicas do Nordeste-REPAN, v. 1, n. 2, p. 60-67, 2024.

SOUZA, F. M. Barreiras atitudinais na escola regular. Recife: Ed. Universitária, 2021.
SOUZA, M. L. O papel do AEE na mediação pedagógica. São Paulo: Editora Acadêmica, 2025.